

## ATA NÚMERO CINCO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2026

Aos cinco dias do mês de março do ano dois mil e vinte e seis, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo, Maria Luísa Dias Gomes e Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Vereadores. -----

João Manuel Pina Gomes, Vereador, encontrava-se ausente, por motivos devidamente justificados. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como aqueles que acompanhavam a reunião através das redes sociais, e começou por agradecer ao Senhor Vereador Rui Furtado a compreensão e disponibilidade para o reagendamento da presente reunião. Informou ainda que o Senhor Vereador João Gomes se encontrava ausente por motivos de saúde, tendo, nesse sentido, endereçado votos de rápidas melhoras. Relativamente à sua agenda, deu nota de que, nos últimos quinze dias, havia reunido com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, reunião na qual se abordou, sobretudo, a necessidade de proceder ao levantamento dos prejuízos decorrentes da tempestade que assolou o concelho de Fornos de Algodres, tendo também sido apresentadas as propostas relativas aos Acordos de Delegação de Competências. Informou igualmente que se tinha realizado uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, com o objetivo de discutir diversos assuntos pertinentes e de especial relevância para todo o concelho. -----

No que diz respeito à eventual requalificação da Cooperativa de Olivicultores, já abordada em reuniões prévias, o Senhor Presidente referiu que havia tido uma reunião com o Presidente da Foral Cooperativa, Eng.º Fábio Gerardo, na qual foram discutidas as eventuais possibilidades de utilização do referido edifício, tendo também informado que ainda não existe, na Câmara Municipal, qualquer projeto relativamente ao mesmo, existindo apenas um desenho, datado de dois mil e três, de reorganização do espaço, que contempla a existência de um restaurante e de uma componente museológica, o que causa alguma estranheza, uma vez que já passaram vários anos e só agora voltou a ser alvo de interesse. Informou ainda que foram abordadas várias questões em que poderá, eventualmente, verificar-se uma articulação com a Foral Cooperativa, designadamente na área da pastorícia e do acesso às terras, tendo sido igualmente discutidos dois programas que fazem parte integrante do Programa Eleitoral do Partido Socialista, que posteriormente se converteu em Programa Autárquico, os quais deverão ser

desenvolvidos em colaboração com a Foral Cooperativa, designadamente o Programa “Jovem Pastor” e o Programa “Do Prado ao Prato”. Acrescentou ainda que o Programa “Do Prado ao Prato” já se encontra em desenvolvimento, sendo que o Programa “Jovem Pastor” apenas começará a ser desenvolvido em dois mil e vinte e sete, tal como mencionado aquando da discussão do orçamento. -----

Prosseguiu a sua intervenção referindo que havia marcado presença em Manteigas e em Fornos de Algodres, no âmbito da realização de uma atividade da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, designadamente o “Hackathon”, promovido pelo i3S, que se trata de um projeto de inovação social, no qual destacou a forte participação da Fundação Cardoso do Amaral, que esteve representada por um administrador, nomeadamente o Dr. Paulo Amaral, e também pela sua Diretora Executiva, Dra. Cláudia Farias, tendo sido apresentados vários projetos de especial relevância, que deverão ser devidamente aproveitados em prol do concelho de Fornos de Algodres. -----

Informou também que, no dia vinte e cinco de fevereiro, havia marcado presença na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, onde foram apresentadas algumas iguarias confeccionadas com produtos endógenos da plataforma “O Bom Sabor da Serra”, pelo Chef Joaquim Santos, bem como o site “Visit Fornos de Algodres”, pela Dra. Catarina Caetano, tendo, neste sentido, manifestado o seu agradecimento aos funcionários do Município de Fornos de Algodres que marcaram presença em todos os dias de funcionamento da BTL, pela excelência do trabalho realizado, pela disponibilidade que sempre demonstram e pela capacidade que tiveram de promover o concelho de Fornos de Algodres. Ainda relativamente a esta temática, agradeceu igualmente à empresa “HuMa Estrela Tours” por ter estado presente no referido evento, no qual captou também alguns interessados em conhecer o território. Mais informou o Senhor Presidente que, nesse mesmo dia, marcou ainda presença no jantar promovido pelo Presidente do Turismo do Centro, Dr. Rui Ventura, onde estiveram presentes praticamente todos os Presidentes de Câmara, diversas entidades da região e todos os parceiros do Turismo do Centro e do Turismo de Portugal, sendo que, no período da tarde, havia tido uma reunião muito importante com o FAM – Fundo de Apoio Municipal, inerente ao processo das Águas e à possibilidade de integração num sistema multidimensional. Neste contexto, acrescentou que, ao longo das últimas semanas, se haviam verificado algumas decisões relativamente aos processos em tribunal, havendo algumas que decorreram no Tribunal Administrativo e que foram causas perdidas, existindo, no entanto, outras que decorreram no Supremo Tribunal e que foram causas ganhas, verificando-se ainda alguma confusão relativamente ao referido assunto, pelo que seria urgente que o Governo se dignasse resolver o problema, juntamente com os municípios. Informou ainda que, na referida reunião, foi também discutida a necessidade de atualizar e proceder à revisão do Plano de Ajustamento Municipal, que já se encontra completamente ultrapassado, tendo também solicitado, durante a semana, ao Governo e à CCDR Centro que considerassem e integrassem o concelho de Fornos de Algodres como território de calamidade, na sequência do que havia sido deliberado na reunião da Comissão Municipal de Emergência e Proteção Civil. Neste contexto, o Senhor Presidente sublinhou que o Partido Socialista havia sugerido, no Parlamento, que se procedesse a uma alteração à proposta de lei apresentada pelo Governo, no sentido de incluir alguns territórios, nomeadamente o concelho de Fornos de Algodres, tendo a mesma sido inicialmente chumbada na Comissão, com os votos contra

do PSD e a abstenção do Chega, sendo que, posteriormente, em Plenário, acabou por ser aprovada, com os votos contra do PSD e os votos favoráveis de todos os demais partidos, encontrando-se apenas a aguardar a respetiva promulgação em Diário da República, no sentido de fazer face aos problemas causados pela tempestade e dispensando assim o relatório de confirmação donexo de causalidade por parte da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. Acrescentou ainda que, neste sentido, a abrangência pelo estado de calamidade confere, de imediato, aos particulares e às empresas afetadas a possibilidade de obtenção de um apoio até dez mil euros, sem necessidade de qualquer outro tipo de justificação, sendo que o valor dos prejuízos verificados no concelho de Fornos de Algodres e plasmados no relatório que foi atempadamente apresentado à CCDR Centro ascende a aproximadamente quatro milhões de euros, sendo dois milhões e novecentos mil euros referentes a equipamentos municipais e cerca de um milhão de euros relativos a equipamentos das Juntas de Freguesia, designadamente estradas, muros, taludes, entre outros. Neste contexto, o Senhor Presidente manifestou o seu agradecimento à Eng.<sup>a</sup> Inês Madeira, ao Eng.<sup>o</sup> Paulo Santos, ao Eng.<sup>o</sup> Alberto Almeida e à Eng.<sup>a</sup> Margarida Duarte, pelo trabalho absolutamente notável desenvolvido no sentido de se conseguir realizar a respetiva inventariação em tempo útil. Deu também nota da assinatura do Programa de Apoio ao Associativismo, referiu que esteve presente no arranque do Plano de Promoção de Autoproteção na área da Proteção Civil, desenvolvido em articulação com a região de Castela e Leão e com a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, um programa muito interessante que será implementado brevemente no território, e informou ainda que, nos dias doze e treze de março, decorrerá o julgamento inerente ao processo das “Terras Serranas”, relacionado com a duplicação do financiamento de um posto de transformação no “Palace Hotel & Spa Termas de São Miguel”. -----

Para terminar, o Senhor Presidente deu conhecimento de que, no dia anterior, no período da manhã, tinha marcado presença na reunião do Conselho Regional do Centro, na qual tomaram posse os Vice-Presidentes da CCDR Centro, com a participação do Senhor Ministro da Coesão, do Senhor Ministro da Saúde e do Senhor Ministro da Educação, tendo o Senhor Presidente aproveitado para questionar o Senhor Ministro da Coesão sobre o estado do processo da fibra ótica, processo esse que se arrasta há demasiado tempo, sem solução à vista, sendo que lhe foi transmitido que o contestatário, nomeadamente a Altice, utilizou a última possibilidade que tinha ao nível de providências cautelares para contestar o processo, esperando-se, desta forma, que finalmente se resolva o problema, no sentido de se poder usufruir, a curto prazo, do serviço de fibra ótica em todo o concelho. Relativamente ao período da tarde, o Senhor Presidente informou que esteve presente na reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qual todos os autarcas deram nota de que é urgente que os respetivos apoios cheguem ao território, de acordo com o compromisso assumido pelo Governo. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra saudando todos os presentes, assim como todo o auditório que acompanhava a reunião on-line e começou por dar nota de que, no dia vinte e sete de fevereiro, em representação do Senhor Presidente, tinha marcado presença em Évora, na cerimónia de tomada de posse dos Presidentes da CCDR Centro, cerimónia essa que contou com a intervenção do Senhor Primeiro-Ministro, para além de que também esteve presente na cerimónia de abertura da Feira do Queijo Serra da Estrela de Celorico da Beira, bem como na Feira do Fumeiro, em Trancoso, na qual o Município de Fornos de Algodres marcou presença, na

qualidade de primeiro Município convidado a divulgar e promover o seu território, tendo neste sentido, manifestado o seu agradecimento aos técnicos do Município de Fornos de Algodres, nomeadamente à Fátima Lopes e ao Mário Bento, pelo excelente trabalho de representação. -----

Prosseguiu a sua intervenção, sublinhando que no dia vinte e oito de fevereiro, juntamente com o Veterinário Municipal, Dr. João Castelo Branco, havia procedido à visita a todos os produtores de queijo Serra da Estrela, DOP e não DOP, com o objetivo de os convidar a participar na Feira do Queijo Serra da Estrela e tentar perceber qual a quantidade de queijo disponível para o certame, sendo que, felizmente, constatou que existe uma excelente quantidade de queijo disponível. Ainda relativamente a este assunto o Senhor Vereador Bruno Costa referiu que os produtores reportaram algumas dificuldades, sendo que também os informou da abertura da possibilidade de poderem começar a vender o queijo Serra da Estrela não DOP, na plataforma "O Bom Sabor da Serra", esperando-se apenas que o Eng.º João Gomes faculte as fichas técnicas, no sentido de se poder avançar com o processo. - Em aditamento à informação do Senhor Presidente, no que diz respeito às candidaturas inerentes aos efeitos da tempestade, o Senhor Vereador Bruno Costa informou que, à semelhança do que foi levado a efeito relativamente aos incêndios de agosto de 2025, o Município de Fornos de Algodres irá facultar a ajuda necessária a todos os lesados, para se proceder à submissão das candidaturas, havendo para o efeito duas modalidades, designadamente a modalidade do apoio de cinco mil Euros, que não requer qualquer tipo de fiscalização e a modalidade do apoio de dez mil Euros que requer a respetiva fiscalização, por parte do Município ou por parte da CCDR Centro, ou eventualmente, por parte de ambos, sendo que todos os lesados que sejam detentores de seguro, serão obrigados a ativá-lo. -----

Por último, o Senhor Vereador Bruno Costa informou que no Conselho Municipal de Segurança, que havia reunido no dia três de março, havia sido aprovado pelo Senhor Presidente, o Plano de gestão de faixas, que foi no imediato, dado a conhecer aos Presidentes de Junta de Freguesia, encontrando-se devidamente plasmado no referido documento, qual e onde cada entidade irá intervir, encontrando-se, neste sentido, identificado se será a Câmara Municipal, o ICNF, a CIMRBSE, ou eventualmente alguma entidade a contratar. Acrescentou que o referido documento será público, brevemente, sendo que no dia nove de março será lançado o procedimento de contratação pública, em que se irão convidar todos os agentes económicos do concelho a concorrer, no sentido de poderem vir a realizar os trabalhos e ainda relativamente a esta temática, informou que na reunião do Conselho Municipal de Segurança havia realçado que, se eventualmente uma Junta de Freguesia identificar um caminho ou uma estrada que não conste no referido Plano, tal facto deverá ser reportado à Câmara Municipal, no sentido de se aferir de quem será a responsabilidade e proceder à atualização do documento em causa, em dois mil e vinte e sete. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes, assim como todas as pessoas que acompanhavam a reunião, através das redes sociais, tendo começado por informar que no dia vinte de março, também tinha estado presente, juntamente com o Senhor Presidente, no ACKATHON que se realizou na Inatel, em Vila Ruiva e que foi promovido pelo I3 Social, tratando-se de um projeto na área do empreendedorismo social, dinamizado pela Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, e

realizado em articulação com a Fundação Cardoso Amaral, que também tem um projeto de empreendedorismo social. Neste sentido sublinhou que não poderia deixar de agradecer à Dra. Cláudia Farias que foi incansável na organização do referido evento, que foi realmente um sucesso. -----

Informou também que no dia vinte e cinco de março havia marcado presença na BTL-Bolsa de Turismo de Lisboa e nos dias vinte e sete e vinte e oito de março, na Feira do Fumeiro, Sabores e Artesanato, em Trancoso, tendo, neste sentido, manifestado o seu agradecimento aos funcionários do Município de Fornos de Algodres que foram incansáveis e tiveram um ótimo desempenho nos referidos eventos. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes prosseguiu a sua intervenção dando nota de que nos fins-de-semana de sete e oito e catorze e quinze de março o Município de Fornos de Algodres iria acolher a ação de capacitação “Embaixadores da Estrela”, que decorrerá no Centro Interpretativo de Fornos de Algodres, organizada pelo Geopark Estrela, em articulação com o Município, sendo que, para além das sessões teóricas, também será disponibilizado transporte para visita a vários pontos do concelho, para além de que também deu conhecimento que no dia seis de março se realizará uma ação comemorativa do Dia Internacional da Mulher no Salão Nobre dos Paços do Município, em que será entregue uma pequena lembrança a todas as funcionárias do Município de Fornos de Algodres e no dia oito de março serão dinamizados alguns ateliers, direcionados para as mulheres, estando no entanto, todos os homens convidados a participar. -----

Para terminar, a Senhora Vereadora Luísa Gomes informou que no dia onze de março o camião da Proteção Civil estará em Fornos de Algodres, no sentido de promover a educação, proteção civil e primeiros socorros, junto das crianças do Pré-escolar e do Primeiro Ciclo. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra cumprimentando todos os presentes, assim como todas as pessoas que acompanhavam a reunião, através das redes sociais, tendo começado por referir que, aquando da discussão do orçamento, se abordou a questão da política de Habitação referente ao concelho de Fornos de Algodres, sendo que no dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e seis, o Jornal Económico havia publicado uma notícia que se prende com o facto de se ter verificado um forte crescimento na procura de habitação entre Vila Nova de Foz Côa e Sernancelhe, concelhos esses que apostaram fortemente na economia, o que depois dá origem à procura de habitação. -----

No que diz respeito ao estado de calamidade que, entretanto, foi decretado relativamente ao concelho de Fornos de Algodres, o Senhor Vereador Rui Furtado questionou qual o ponto de situação referente aos edifícios que são propriedade do Município e que se encontram danificados, no sentido de saber se os respetivos seguros já foram acionados e se os mesmos cobrirão na íntegra, todos os danos. Acrescentou também que se deveria informar massivamente toda a população dos trâmites a seguir relativamente às candidaturas, por forma a que todos consigam proceder aos pedidos dos respetivos apoios, para além de que também teve conhecimento de algumas vias públicas, nomeadamente caminhos rurais que se encontram intransitáveis, designadamente a Estrada Militar, entre Algodres e Cortiçô e também um caminho rural no Furtado, em que residem pessoas doentes. Neste contexto, sublinhou que todos os acessos deverão estar nas devidas condições, visto que se aproxima um verão que se prevê crítico, em termos de incêndios. Prosseguiu a sua intervenção reiterando a situação que se verifica

no Comborço, em Algodres, que se prende com a existência de vários estragos nas residências de dois particulares, que requerem a máxima atenção, por parte do Município de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado prosseguiu a sua intervenção sublinhando que, brevemente, o Centro de Saúde de Fornos de Algodres irá ficar sem os préstimos do Dr. José António e, neste sentido, questionou se eventualmente já estaria definida a reposição do quadro médico e se já haveria algum tipo de feed-back por parte da ULS da Guarda, assim como gostaria de saber qual o ponto de situação no que concerne às equipas de apoio clínico domiciliário, sendo que, ao que parece, têm estado a funcionar muito bem. -----

Face às anteriores intervenções, o Senhor Presidente começou por manifestar o seu sincero agradecimento ao Município de Trancoso pelo convite que muito honrou o Município de Fornos de Algodres, no sentido de se poder associar à promoção do território na Feira do Fumeiro, Sabores e Artesanato, tendo, neste contexto, endereçado uma palavra de agradecimento aos funcionários do Município que tão bem representaram e promoveram o que de melhor existe no concelho. -----

No que concerne à questão da submissão dos pedidos de apoio, o Senhor Presidente deu nota de que, na reunião realizada no dia anterior com o Senhor Presidente da CCDR Centro, Dr. Ribau Esteves, ficou confirmado que, para a CCDR Centro, será suficiente a respetiva validação dos mesmos por parte dos serviços do Município de Fornos de Algodres, o que tornará os processos mais céleres, atendendo ao elevado número de candidaturas existentes, sendo que, ao estar-se abrangido por um estado de calamidade, a respetiva candidatura será praticamente formulada diretamente à CCDR Centro. -----

No que diz respeito às questões colocadas pelo Senhor Vereador Rui Furtado, relativamente à situação da economia e da habitação, o Senhor Presidente sublinhou que é evidente que, se não houver emprego, consequentemente não haverá mercado de habitação no concelho de Fornos de Algodres. No entanto, também não será menos verdade que, sem habitação, será muito mais difícil para um empresário conseguir ter trabalhadores disponíveis, pelo que os referidos pilares terão de ser trabalhados concomitantemente, no sentido de se alcançar um território mais atrativo e muito mais dinâmico. Ainda relativamente à temática da atratividade dos territórios no mercado de habitação, o Senhor Presidente informou que o Município de Fornos de Algodres se encontra em vias de contratualização de uma plataforma específica, esperando-se que, até ao final do primeiro semestre de 2026, esteja disponível, no sentido de elencar todo o mercado de habitação do concelho, seja ele público ou privado, possibilitando, ao mesmo tempo, o acesso a alguns relatórios sobre o mercado de habitação do concelho, sendo que os últimos são francamente favoráveis em comparação com outros territórios da região. Relativamente à questão da situação de calamidade, o Senhor Presidente sublinhou que é evidente que todos os edifícios do Município de Fornos de Algodres estão devidamente segurados, tendo, por precaução, sido também integrados no reporte feito à CCDR Centro. Acrescentou ainda que o perito da companhia de seguros se deslocará a Fornos de Algodres no próximo dia onze de março, no sentido de avaliar todos os equipamentos municipais, sendo que, como é óbvio, se o seguro cobrir todos os danos, o respetivo valor será subtraído ao pedido formulado junto da CCDR Centro e, no caso de não serem cobertos todos os danos, o remanescente será considerado como uma necessidade de financiamento por parte da CCDR Centro. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor

Presidente sublinhou ser importante frisar que não existem seguros para vias municipais, nem para caminhos, nem para taludes, sendo que o Governo está a ponderar, e bem, a criação de um seguro para situações de catástrofes naturais, tal como já existe noutros países, o qual, como é evidente, deverá ser extremamente dispendioso, mas poderá compensar, em virtude de este tipo de situações ser cada vez mais frequente, em razão das alterações climáticas. -----

No que concerne à questão dos caminhos rurais intransitáveis, o Senhor Presidente sublinhou que os funcionários do Município de Fornos de Algodres têm desenvolvido um trabalho absolutamente extraordinário, chegando a trabalhar de manhã e de tarde, no sentido de repor, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de circulação, sendo que todos os Presidentes de Junta sabem perfeitamente que poderão contar com o Município para, o mais rapidamente possível, se devolver a normalidade de circulação aos caminhos. Relativamente à situação da freguesia de Algodres, o Senhor Presidente referiu que a equipa se encontrava a laborar na freguesia de Cortiçô, deslocando-se de seguida para outras freguesias. No que diz respeito à situação do Comborço, o Senhor Presidente informou que ainda não foi possível proceder à respetiva intervenção, uma vez que a chuva contínua não tem permitido a realização dos trabalhos, no entanto a situação será devidamente analisada. -----

Em relação ao Centro de Saúde, o Senhor Presidente referiu que já foi solicitada, com carácter de urgência, uma reunião à Senhora Presidente da ULS da Guarda, uma vez que se trata de um dos temas críticos, até porque, eventualmente, se irão perder os préstimos de dois médicos por motivos de reforma, nomeadamente do Dr. José António e da Dra. Luísa, pelo que surge a necessidade de reposição da prestação de serviços no Centro de Saúde o mais rapidamente possível. Acrescentou ainda que, felizmente, em situações anteriores, as vagas foram celeremente preenchidas, nomeadamente pelo Dr. Gustavo e pela Dra. Marta, contrariamente ao que se tem verificado noutros concelhos vizinhos, estando convicto de que, se o concurso for aberto e a ULS tiver vontade e visão, o quadro clínico será rapidamente repostado, o que será de extrema importância para a população do concelho de Fornos de Algodres. Acrescentou ainda que está agendada uma reunião com a Senhora Diretora do Centro de Saúde, Dra. Luísa, no sentido de se fazer um ponto de situação sobre o estado da saúde no concelho de Fornos de Algodres e aferir em que áreas a Câmara Municipal poderá, eventualmente, apoiar, bem como o que poderá ser ajustado para que as pessoas possam ter um serviço melhor, se bem que, felizmente, não tem sido reportado nada que gere particular preocupação, à exceção do facto de, em territórios como o de Fornos de Algodres, existirem poucos médicos e uma população envelhecida, que tem uma necessidade de cuidados médicos muito acima daquilo que é expectável noutros territórios, sendo que se continuará a trabalhar no sentido de garantir um serviço de excelência em prol de todos os forneses. -----

No seguimento da intervenção do Senhor Vereador Rui Furtado relativamente aos apoios, o Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra informando que a plataforma já existe na CCDR Centro, designadamente, em [sigcandidaturas.ccdr.pt](http://sigcandidaturas.ccdr.pt) e, obviamente que, quem tiver prejuízos e tenha capacidade e literacia informática para o fazer, deverá candidatar-se, sendo que, até aos cinco mil euros nem será necessário qualquer tipo de vistoria, no entanto e à semelhança do que se verificou aquando dos incêndios de agosto de dois mil e vinte e cinco, uma vez que há muitas pessoas que têm muitas dificuldades em aceder ao formulário e à internet, o Município de Fornos

de Algodres irá criar uma task force em Fornos de Algodres, no sentido de prestar o devido apoio, a quem necessitar de elaborar a respetiva candidatura, tendo o interessado, apenas de ser portador do cartão de cidadão, comprovativo de IBAN da conta para onde o apoio deverá ser transferido e o comprovativo do titular da conta, cópia do contrato de arrendamento, se for arrendatário, situação tributária das Finanças e Segurança social, regularizadas e fotografias ou vídeos que comprovem os danos, sendo que a equipa do Município poderá ajudar a obter as respetivas evidências para anexar à candidatura, para além de que também deverá ser elaborada uma breve descrição da situação a reportar, bem como o número da apólice do seguro, se for o caso. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

**1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026, PARA APROVAÇÃO. -----**

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----***

**2-INFORMAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA REPORTADA A 31.01.2026 (DIÁRIO DE TESOURARIA, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS, SALDOS BANCÁRIOS, NUMERÁRIO EM COFRE E PAGAMENTOS EM ATRASO), PARA CONHECIMENTO. -----**

No âmbito das competências da Divisão de Administração Geral e do acompanhamento regular da execução financeira do Município de Fornos de Algodres, e em cumprimento das disposições legais aplicáveis à gestão orçamental e financeira das autarquias locais, designadamente a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), bem como a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), e respetiva regulamentação pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, apresenta-se a respetiva informação atualizada relativa ao Diário de Tesouraria, Alterações Orçamentais, valores depositados em contas bancárias, numerário existente em cofre e situação de pagamentos em atraso, reportada à data de 31.01.2026. -----

Face ao exposto, verifica-se que a situação de tesouraria do Município se encontra devidamente controlada e enquadrada no cumprimento das normas legais e contabilísticas em vigor, designadamente as constantes do RFALEI e da LCPA, de acordo com os documentos de suporte que integram a respetiva convocatória. -----

Neste contexto submete-se a presente informação à consideração do Executivo Municipal. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que havia reunido com a Divisão de Administração Geral, tendo-se concluído que a melhor metodologia para facultar a respetiva informação aos Senhores Vereadores relativamente à situação financeira da Câmara Municipal se prende com a elaboração de um documento mensal, no qual constem todas as alterações orçamentais levadas a efeito no respetivo mês, uma vez que será muito mais fácil e expedito, permitindo assim um melhor acompanhamento das contas da Câmara Municipal. Prosseguiu a sua intervenção informando que, em termos de execução de tesouraria, no mês de janeiro, os recebimentos superaram claramente os pagamentos, o que é perfeitamente natural, sendo que, em termos de alterações orçamentais, apenas se procedeu a uma alteração, essencialmente para compaginar as alterações de rubricas que se verificaram em virtude de se terem tido dois orçamentos em vigor em simultâneo, tendo-se verificado uma transferência de verbas de rubricas do ano de 2023 para o ano de 2026. No que diz respeito aos saldos bancários e ao numerário em cofre, o Senhor Presidente informou que os respetivos valores são os plasmados na informação de suporte.-----

**A Câmara tomou conhecimento.** -----

### **3-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES E A ASSOCIAÇÃO JUST A CHANGE.** -----

**Considerando que:** -----

1. **A habitação constitui um direito fundamental constitucionalmente consagrado, assumindo-se como instrumento essencial de coesão social, inclusão e dignidade humana;** -----
2. **Nos termos das alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da ação social e da habitação;** -----
3. **Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social ou outra de interesse para o município;** -----
4. **O Município de Fornos de Algodres tem vindo a desenvolver políticas e medidas destinadas à melhoria das condições de habitabilidade de agregados familiares economicamente vulneráveis;** -----
5. **A Just a Change é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que promove a reabilitação de habitações degradadas de famílias carenciadas;** -----
6. **A celebração do presente Protocolo permitirá reforçar a intervenção social no território concelhio, numa lógica de cooperação institucional;** -----

**A celebração do Protocolo de Cooperação visa estabelecer um quadro formal de colaboração entre o Município de Fornos de Algodres e a Associação Just a Change, definindo responsabilidades, critérios de sinalização e acompanhamento das situações de carência habitacional, bem como os termos da execução das intervenções.** -----

**Esta parceria permitirá potenciar recursos técnicos e humanos, promovendo soluções eficazes e sustentáveis na melhoria das condições de habitabilidade dos agregados familiares mais vulneráveis. ---- Assim, submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Fornos de Algodres e a Associação Just a Change, para efeitos de apreciação e deliberação, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que a questão da habitação é, de facto, uma prioridade para o Município de Fornos de Algodres, sendo que o respetivo programa já é do conhecimento geral e tem apoiado muitas pessoas no concelho, conseguindo compaginar duas realidades que são muito importantes para o território, designadamente a possibilidade de recuperar habitações e, ao mesmo tempo, promover o voluntariado. Acrescentou ainda que se trata de um projeto absolutamente extraordinário, que vai ser alargado a outros municípios, sendo que o propósito será intervencionar três a quatro habitações no decorrer de dois mil e vinte e seis, com um investimento por parte da Câmara Municipal que rondará os trinta mil euros, sendo que também se pretende angariar algum financiamento junto de empresas ou instituições do concelho, no sentido de se poder abranger mais habitações. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra informando que nos primeiros quatro anos o Município de Fornos de Algodres contou com a participação da Fundação Manuel António da Mota, como investidor social, uma vez que intervém nos territórios onde a Mota Engil tem trabalhos a decorrer e, como as obras da linha da Beira Alta estavam a ser realizadas, o Município de Fornos de Algodres usufruiu do apoio da Fundação, que importou entre trinta a quarenta mil Euros. Atualmente o Município irá assumir a despesa inerente a materiais e aos serviços de alguns técnicos especializados, sendo que a Associação “Just a Change”, através dos seus vinte voluntários, irá desenvolver os trabalhos no concelho de Fornos de Algodres, de forma gratuita, no decorrer do mês de julho.

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra questionando qual seria o prazo de execução inerente ao protocolo em causa, tendo o Senhor Presidente informado que estará em vigor durante um ano, sendo que se prevê que, no próximo ano, se opte pela realização de um contrato de programa plurianual, uma vez que se pretende dar continuidade ao projeto, atendendo à importância que terá para todos os fornenses. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----***

**4-APROVAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES E AS JUNTAS DE FREGUESIA/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO – PERÍODO 2026-2028 – E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA AUTORIZAÇÃO. -----**

**Neste contexto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----**

- 1. Aprovar as minutas dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Fornos de Algodres e todas as Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Concelho, para o período de 01-01-2026 a 31-12-2028, constantes do Anexo. -----**
- 2. Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização legal, as propostas de celebração dos contratos referidos no número anterior. -----**
- 3. Autorizar o Presidente da Câmara Municipal, após a obtenção das autorizações legalmente exigíveis, a outorgar os contratos em representação do Município e a promover a respetiva execução. ----**
- 4. Autorizar a introdução de correções meramente formais às minutas (sem alteração do conteúdo material), estritamente necessárias ao seu completo preenchimento e coerência interna. -----**

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que se verificou um reforço de verbas a atribuir às Juntas de Freguesia, sendo que, relativamente aos contratos de delegação de competências, se acautelou uma verba destinada às festividades locais, no sentido de evitar que as comissões fabriqueiras, as associações e cada uma das freguesias se dirijam constantemente à Câmara Municipal para solicitar apoio para determinadas atividades. Acrescentou que, desta forma, se consegue garantir equidade no território, transferindo uma verba igual para todas, sendo as Juntas de Freguesia, em representação da Câmara Municipal, que canalizarão tais apoios para as festividades locais. Prosseguiu informando que a contratualização será feita de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito, não sendo considerado no documento o ano de dois mil e vinte e nove, uma vez que o compromisso assumido se prende com a transferência, para as Juntas de Freguesia, do montante equivalente aos custos inerentes a um assistente operacional e, caso no final do ano de dois mil e vinte e oito se verifique que houve, por decisão do Governo, algum aumento do custo inerente ao assistente operacional, poder-se-á proceder à correção da respetiva diferença no ano de dois mil e vinte e nove, dando cumprimento ao compromisso previamente assumido pela Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra e, relativamente à cláusula segunda do respetivo documento, que visa a gestão de manutenção de jardins e limpeza das vias e espaços públicos, questionou se a referida limpeza abrange a manutenção dos caminhos, reposição de tout venant, britas, etc., ou só única e exclusivamente limpezas, para além de que também gostaria de ser esclarecido relativamente às áreas específicas de competência e de atuação, por parte da Câmara Municipal e por parte das Juntas de Freguesia. Prosseguiu a sua intervenção referindo que, na sua opinião, as cento e vinte horas de utilização da máquina que são disponibilizadas para cada Junta de Freguesia, são um pouco redutoras, uma vez que representam apenas quinze dias de trabalho de máquina, por ano, sendo que, atendendo ao tamanho do território de cada freguesia e ao facto de o ano civil acabar por ter dois períodos de inverno, com toda a certeza, não se conseguirá abranger todos os trabalhos necessários. -----

No que concerne à cláusula terceira, ponto seis, do documento em causa, o Senhor Vereador Rui Furtado referiu que, na sua opinião, se trata de algo muito relativo, uma vez que para determinado Presidente de Junta, a despesa

poderá ser considerada irrisória, mas para outro, poderá ser uma grande despesa, tendo neste sentido questionado que tipo de despesas são consideradas e se efetivamente já estão limites impostos, para as mesmas. O Senhor Presidente usou da palavra e, no que concerne à questão dos caminhos e às inerentes responsabilidades por parte das Juntas de Freguesia ou da Câmara Municipal, sublinhou que as mesmas se encontram determinadas na lei, pelo que não haverá grandes dúvidas quanto ao assunto, sendo que tudo o que está plasmado no Plano Diretor Municipal como estrutura rodoviária de âmbito municipal é da responsabilidade da Câmara Municipal, e os Senhores Presidentes de Junta sabem quais são, e tudo o que não está, ou seja, os chamados caminhos vicinais, é da responsabilidade das Juntas de Freguesia. Acrescentou que tal não invalida que, muitas das vezes, até porque o Município tem conhecimento das dificuldades que algumas Juntas de Freguesia enfrentam, as mesmas solicitem ajuda para que, em situações pontuais e devidamente justificadas, se possa proceder a determinada manutenção. -----

Neste contexto, acrescentou que, segundo a lei, a área urbana de uma Junta de Freguesia é sempre da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo referido, a título de exemplo, que, caso a Junta de Freguesia proceda a um calçetamento, à partida a responsabilidade seria da Câmara Municipal, pelo que a Junta de Freguesia poderá apresentar os respetivos valores, dentro dos limites que estão determinados no protocolo, e a Câmara Municipal procederá à transferência do respetivo montante. No entanto, se o valor for superior, a Junta de Freguesia terá de assumir a diferença. No que diz respeito à questão das cento e vinte horas de utilização da máquina, o Senhor Presidente referiu que, na sua opinião, são de facto redutoras, no entanto não poderá verificar-se outro tipo de compromisso, uma vez que o Município tem muitas dificuldades relativamente à disponibilidade das máquinas, razão pela qual é tão importante a aquisição de uma nova máquina, que está prevista numa candidatura. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra e relativamente ao Plano de gestão de faixas, informou que, por vezes os Senhores Presidentes de Junta sugerem um determinado caminho ou estrada, quando na realidade essa estrada ou caminho é da sua própria competência, o que vai permitindo que se delinieie, corretamente, de quem são as respetivas responsabilidades. -----

No que concerne à aquisição da máquina e também das duas viaturas para os Bombeiros Voluntários e Proteção Civil, informou que foram rececionadas bastantes propostas, que tinham sido abertas no dia anterior, encontrando-se as mesmas em fase de análise. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, dando conhecimento de que, no mês de fevereiro, se realizou uma alteração orçamental, fruto de uma opção política, através da qual se abdicou de todos os investimentos que se encontravam previstos no âmbito da acessibilidade aos edifícios públicos, uma vez que tal implicava o pagamento de mais de cem mil euros, resultante da parte não financiada pela candidatura, tendo o respetivo montante sido direcionado para a requalificação de caminhos e estradas, uma vez que existem várias necessidades no território. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra sublinhando que, efetivamente, o serviço de máquina verifica-se cada vez mais relevante, daí também a importância de capitalizar, ao máximo, a bulldozer da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, e uma vez que a máquina que se pretende adquirir, ainda é

reduzida, em termos de necessidades verificadas no concelho, o Senhor Vereador Rui Furtado demonstrou o seu total apoio, caso, eventualmente, o Município pretenda avançar para a aquisição de uma segunda máquina, porque, efetivamente, é dos equipamentos mais importantes, em qualquer concelho rural como o de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente acrescentou que, mais do que uma máquina de grande dimensão, os serviços têm solicitado uma mini-giratória que permita realizar trabalhos nas ruas mais estreitas, sendo que, neste sentido, o Município de Fornos de Algodres tudo fará para que, no próximo ano, se proceda à aquisição do referido equipamento, uma vez que o mesmo é vital para os serviços que deverão ser prestados. No que concerne à bulldozer, informou que a mesma será descarregada durante a semana na Comunidade Intermunicipal, sendo que, assim que toda a documentação esteja devidamente acautelada, nomeadamente os seguros, deverá começar a ser utilizada pelo Município de Fornos de Algodres, no sentido de fazer face a todas as necessidades do concelho. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.*** -----

#### **5- DECLARAÇÃO DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS, PARA CONHECIMENTO.** -----

**Considerando que nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que estabelece o regime de publicitação das subvenções públicas concedidas por entidades da Administração Pública, cumpre informar que se encontra reunida a informação relativa às subvenções atribuídas por este Município no ano de 2025, que deverão ser publicitadas, conforme o n.º 1 do art.º 3.º da referida lei.** -----

**Assim, e em cumprimento da obrigação legal de transparência e publicitação, dá-se conhecimento ao Órgão Executivo e posterior divulgação da respetiva listagem, contendo a identificação das entidades beneficiárias e o montante atribuído.** -----

**Mais se informa que os serviços de contabilidade asseguraram a verificação e conformidade dos dados constantes da referida listagem.** -----

O Senhor Presidente usou da palavra sublinhando que o documento em análise resulta de uma obrigação legal, sendo que os valores que foram transferidos, são os que constam na presente informação. -----

O Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, usou da palavra referindo que as subvenções públicas constantes na declaração são obrigadas por Lei, tendo de ser superiores a uma anualização do salário mínimo nacional. -----

O Senhor Presidente acrescentou que as referidas subvenções se reportam à Associação Desportiva de Fornos de Algodres e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, sendo que no caso da Associação Desportiva, o respetivo montante resultou do Programa de Apoio às Associações e Coletividades e no caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, o respetivo valor diz respeito às equipas de intervenção permanente e à atribuição de uma ambulância à Associação. -----

**A Câmara tomou conhecimento.** -----

**6-RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL RELATIVO AO 3º TRIMESTRE DE 2025, PARA CONHECIMENTO.** -----

Considerando que nos termos e para os efeitos previstos no regime jurídico do Fundo de Apoio Municipal, aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua redação atual, vem a Divisão de Administração Geral submeter à apreciação da Câmara Municipal o Relatório de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) referente ao 3.º trimestre de 2025. -----

O Plano de Ajustamento Municipal foi aprovado ao abrigo do disposto na Lei n.º 53/2014, que estabelece o regime de recuperação financeira municipal, definindo os mecanismos de assistência financeira aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro estrutural. -----

Nos termos do artigo 29.º e seguintes do referido diploma legal: -----

- O Município encontra-se obrigado ao cumprimento das medidas constantes do PAM aprovado; ---
- Deve proceder à elaboração de relatórios periódicos de monitorização; -----
- Os relatórios devem ser submetidos à apreciação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;
- Devem igualmente ser remetidos ao FAM e à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), para efeitos de acompanhamento e controlo. -----

O presente Relatório de Monitorização evidencia: -----

- O grau de execução das medidas previstas no PAM; -----
- A evolução da receita e da despesa municipal; -----
- O comportamento do endividamento e demais indicadores financeiros relevantes; -----
- O cumprimento das metas quantitativas e qualitativas estabelecidas. -----

Assim, propõe-se que o Executivo Municipal tome conhecimento do Relatório de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal e delibere submetê-lo à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que o presente Plano de Ajustamento Municipal se encontra completamente desajustado da realidade do Município, pelo que se torna difícil realizar qualquer tipo de análise. Neste sentido, informou que, basicamente, apenas se tem o cuidado de verificar se, de facto, se continua a reduzir a dívida, de acordo com o que está estabelecido, e se as receitas cobrem as despesas, ou seja, se a variação da receita cobre, ou não, a variação da despesa, sendo que, se tal estiver salvaguardado, o Município de Fornos de Algodres encontra-se a cumprir o estabelecido. No entanto, salientou que o documento deverá ser devidamente revisto. -----

**A Câmara tomou conhecimento.** -----

**7-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES 01 A 06 E PRORROGAÇÃO DE PRAZO – EMPREITADA “INTERVENÇÃO NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR A CUSTOS CONTROLADOS NO BAIRO DO TÊNIS – FASE I E FASE II, NO ÂMBITO DO AVISO Nº 01/CO2-i01/2021”. -----**

Conforme informação da fiscalização da empreitada “Intervenção na Habitação Multifamiliar a Custos Controlados no Bairro do Ténis - Fase I e Fase II, no âmbito do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021”, existe a necessidade de realização dos trabalhos complementares 01 a 06 (informação em anexo da geARQtec). --

Os trabalhos complementares nºs 01 a 06 propostos, no valor de 134.239,15€ (não incluindo IVA à taxa legal em vigor), correspondem a 17,91% do valor de adjudicação da empreitada (749.426,96€), cumprindo o disposto no número 4, do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

De acordo com a informação da fiscalização, com a realização dos trabalhos complementares nºs 01 a 06, prevê-se a não realização de 29.929,42€ (não incluindo IVA à taxa legal em vigor) de trabalhos normais. ---

Decorrente da necessidade de realização dos Trabalhos Complementares 01 a 06, solicita o adjudicatário (Ambidag, Lda), a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos até 30/06/2026. Para o efeito, apresenta novos Plano de Trabalhos e Cronograma financeiro, em anexo e esta informação. Este pedido de prorrogação de prazo cumpre o disposto nos artigos 373º e 374º do CCP. -----

Informo, ainda, que no decorrer da empreitada foi necessário proceder à suspensão total dos trabalhos, conforme auto de suspensão dos trabalhos de 15/12/2025 e auto de levantamento total de suspensão de 02/02/2026 (ambos em anexo a esta informação). -----

Face ao exposto, deixa-se à consideração superior as seguintes aprovações: -----

1. Dos trabalhos complementares 01 a 06, no valor de 134.239,15€ (não incluindo IVA à taxa legal em vigor); -----

2. Da prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos até 30/06/2026. -----

Em caso de deliberação favorável, devem os referidos trabalhos complementares nºs 01 a 06 serem formalizados, por escrito, ao abrigo do artigo 375º do CCP. -----

Face ao exposto, propõe-se que a presente informação seja sujeita a apreciação e votação por parte do Órgão Executivo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que os trabalhos complementares apresentados foram aprovados, quer pelos técnicos do Município de Fornos de Algodres, quer pela fiscalização, o que é o mais importante, tratando-se de uma obra muito antiga e, como é evidente, ao longo da sua execução vão sempre surgindo problemas no equipamento, inclusivamente no que concerne à passagem da eletricidade, uma vez que, com o passar do tempo, as passagens dos fios acabaram por ficar completamente entupidas e, se o Município não tivesse realizado tal intervenção, o valor seria substancialmente superior, em virtude de ter de se refazer tudo

de novo em termos de eletricidade. Prosseguiu a sua intervenção dando nota de que os trabalhos complementares rondam os cento e trinta mil euros, o que se encontra de acordo com os limites legais. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra no sentido de salientar que o ponto em análise foi submetido a apreciação e votação na presente reunião, uma vez que se trata de um procedimento proveniente do anterior mandato, em que a competência era da reunião de Câmara, no entanto, no início do presente mandato, tal competência foi delegada no Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.*** -----

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

### **8-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO** -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.*** -----

Não se tendo verificado a intervenção de público e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os que acompanharam a mesma, presencialmente, ou através das redes sociais, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Câmara

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)